



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008450-75.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
 Requerente: **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL SEMPRE VERDE I**
 Requerido: **GILBERTO DOS SANTOS MOREIRA**
 Juiz de Direito: Dr. **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL SEMPRE VERDE

I ajuizou a presente **Ação de Cobrança** em face de **GILBERTO DOS SANTOS MOREIRA**, todos devidamente qualificados, aduzindo que é dele credor pela importância de R\$ 342,81, referente às despesas condominiais mensais. Tendo restado infrutíferas as tentativas de solucionar a pendenga, ingressou com a presente ação.

A inicial veio instruída com documentos.

Citado, o requerido não compareceu à audiência inaugural e também não apresentou defesa (fls. 29), ficando reconhecido em estado de contumácia.

É o relatório.

DECIDO.

A causa comporta julgamento antecipado nos

1008450-75.2014.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

termos do art. 330, II, do Código de Processo Civil.

A pretensão é procedente.

Ante a ocorrência do efeito material da revelia presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 319 do CPC).

Com o silêncio o requerido confessou que é proprietário do imóvel e, assim, responsável pelo débito consignado na exordial que diz respeito a despesas de administração, conservação e limpeza do “condomínio”.

Sua negativa de pagar tal montante, sem dúvida constitui enriquecimento ilícito, pois é beneficiado com os serviços colocados à sua disposição.

Assim, é evidente que ostentando o sobredito “status” deve participar do rateio das despesas e pagar ao autor o valor do débito (R\$ 342,81), mais as despesas vincendas no curso da lide.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial para o fim de **CONDENAR** o requerido, **GILBERTO DOS SANTOS MOREIRA**, a pagar ao autor, **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL SEMPRE VERDE I**, R\$ 342,81 (trezentos e quarenta e dois reais e oitenta e um centavos), com correção a contar do ajuizamento e juros de mora, à taxa legal, a contar da citação. Deve, ainda, pagar as contribuições mensais que se venceram no curso da lide, nos termos do art. 290, do CC.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

O requerido suportará, ainda, as custas finais do processo e honorários advocatícios que fixo em 20% do valor da condenação.

Consigno, desde já, que o **prazo de quinze (15)** dias, previstos no **art. 475-J do Código de Processo Civil** (com a redação dada pela Lei nº 11.232 de 22 de dezembro de 2005), começará a **fluir a partir do trânsito em julgado** desta decisão, **independentemente de intimação**, incidindo a multa de 10% sobre a condenação, caso não haja o cumprimento voluntário da obrigação.

P.R.I.

São Carlos, 24 de novembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**